

CIDADE

BRÁSILIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1997

■ Juiz Novelty Vilanova, pai de um dos jovens que mataram o índio pataxó, pede segurança para o filho. PÁGINA 19

■ Mais uma adesão na guerra de descontos das tarifas de táxi: a Rádio-Táxi Atividade oferece redução de 50%. PÁGINA 24

Assassinato premeditado

Investigação da polícia indica que jovens foram comprar álcool depois que viram o índio dormindo

JAIRO VIANA

O assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos, queimado por um grupo de rapazes às 5h00 do último domingo, num ponto de ônibus da W 3 Sul, pode ter sido planejado. A hipótese de premeditação está sendo investigada por policiais da 1ª DP (Asa Sul), que acreditam que o cobertor de Galdino tenha sido incendiado com álcool combustível.



O delegado Waldir Alves de Carvalho, titular da 1ª DP, informou que está tentando localizar um frentista que trabalhava num posto de gasolina próximo ao local do crime, na madrugada de domingo, e que teria vendido álcool aos cinco jovens. "Talvez ele tenha a chave do mistério", disse um agente. Se for encontrado o frentista prestará depoimento ainda hoje.

Posto - A polícia suspeita também que os rapazes deixaram o veículo estacionado entre as quadras 503/504 Sul e foram comprar álcool no posto de combustível, depois de verem o índio dormindo no ponto de ônibus, o que confirma a hipótese de crime premeditado.

A suspeita da premeditação é reforçada pelos exames preliminares do Instituto de Criminalística (IC), constatando que os frascos usados pelos jovens antes de tocar fogo no índio é de lubrificante, que não é inflamável. "Queremos saber qual o conteúdo dos frascos", garante o diretor do IC, Marcos Henrique.

Embora os rapazes tenham declarado em seus depoimentos na delegacia que usaram o conteúdo de duas garrafinhas azuis ou verdes, encontradas sobre o assoalho do Monza, para queimar o índio, a polícia não acredita nesta versão. "Temos uma equipe de investigadores apurando esta hipótese", confirma o delegado Valmir.

De acordo com o depoimento dos quatro rapazes maiores de idade, o líquido foi espalhado sobre o cobertor de Galdino por Eron Chaves de Oliveira, 19 anos, que pegou as garrafinhas dentro do Monza. No entanto, pelo que disseram, todos atearam fogo no índio, usando fósforos.

Pensão - A dona da pensão onde o índio pataxó há-hã-hãe Galdino dos Santos estava hospedado, na 703 Sul, Vera Moreti, será ouvida hoje na 1ª DP. A polícia quer saber se Galdino estava realmente hospedado na pensão, por que a porta não foi aberta quando ele retornou do passeio com amigos e, como ele conseguiu o cobertor, que usava na hora em que foi queimado na parada de ônibus.

Max Rogério Alves, 20 anos; Eron Chaves de Oliveira, 19; Tomás Oliveira de Almeida, 18; Antônio Novelty Cardoso Vilanova, 19, e o menor G.N.A.J. são todos filhos da classe média alta de Brasília. Moravam na Asa Sul, em confortáveis apartamentos e freqüentavam boas escolas, não tinham antecedentes criminais ou sociais. Um deles é filho de juiz federal e outro enteado de um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

O delegado Waldir Alves de Carvalho admite a possibilidade de os acusados obterem habeas corpus. Segundo ele, já chegaram informações de que os advogados de defesa que acompanham o caso estariam preparando para ingressar com o pedido na Justiça. O delegado, no entanto, não acredita que algum juiz conceda este tipo de liminar, já que ficaria contra toda a sociedade. Waldir não quis adiantar com base em qual dispositivo legal os advogados dos acusados poderiam conseguir liberdade provisória dos cinco envolvidos no assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos.



Velório no Museu do Índio foi tenso. Presidente da Funai, Júlio Geiger, é acusado de tentar impedir saída do corpo de Galdino do IML, temendo protestos

Na despedida, grito por justiça

ANOUSHE DUARTE HERBERTH GOMES

O corpo do índio Galdino Jesus dos Santos, incendiado por cinco rapazes na madrugada de domingo, quando dormia num ponto de ônibus da 703 Sul, foi levado ontem num avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para Itabuna (BA), de onde seguiu de carro até o município Pau Brasil, no sul da Bahia, onde fica a aldeia dos Pataxós Há-Hã-Hãe.

Quando o caixão foi colocado dentro do avião, vários índios choraram e clamaram por justiça. Duas primas de Galdino, bastante deprimidas, acompanharam Galdino. Segundo Gerson Pataxós, primo de Galdino, os índios que participaram do ritual de sepultamento, vão pintar o rosto com tinta preta em sinal de luto. Antes, eles dançarão em volta do caixão para espantar os maus espíritos. O ritual é chamado de toré.

O corpo de Galdino foi velado no Memorial dos Povos Indígenas, localizado em frente ao Memorial JK. O carro funerário que transportou o corpo de Galdino para a Base Aérea saiu do Memorial às 8h10, uma noite de tensão e discussões entre índios, funcionários da Funai e Polícia Federal.

Às 8h50, o avião, cedido pelo presidente em exercício Marco Maciel, decolou da Base Aérea de Brasília, levando também Juvenal Pataxós, pai de Galdino, que aparentava estar bastante debilitado. Na Base Aérea, líderes de várias nações indígenas disseram que a Funai não ajudou financeiramente no sepultamento.

Velório - Muita confusão no processo de liberação do corpo do índio Galdino Jesus dos Santos. O presidente da Funai Júlio Geiger não autorizou a saída do corpo do Instituto Médico Legal (IML) para ser velado, ontem à noite, no Museu do Povo Indígena, com medo de manifestações políticas. Os parentes do índio protestaram pois queriam que Galdino fosse velado em Brasília.

O secretário de Segurança, Roberto Aguiar teve de intervir, garantindo a saída do corpo do índio do IML. Irritado, Aguiar observou que a Funai não tinha autoridade para decidir se o corpo do índio ficava ou não no IML. O velório estava previsto para as 20h00 mas o corpo só foi liberado por volta das 10h20.

Durante o velório, os índios da tribo Pataxó, pediram justiça para "o irmão que morreu quando veio resolver problemas para sua comunidade". Eles exigiram, ainda, a saída de Júlio Geiger da presidência da Funai. Às 5h00, quando a situação parecia estar mais tranquila, dois policiais federais foram ao local do velório para levar o corpo de Galdino.

Índios lutam para recuperar terras e cultura



Pau Brasil (BA) - Menos de um hectare ou 10 mil metros quadrados. É o pedaço de terra que hoje cabe a cada índio da aldeia Pataxó Caramuru Paraguassu, dentro da Fazenda São Lucas, no município de 19 mil habitantes de Pau-Brasil, a 580 quilômetros de Salvador. Reclamando 36 mil hectares de terra que possuíam em 1926, eles lutam agora para retomar a área original, mas até hoje nem sequer conseguiram ver cumprida uma determinação judicial de dezembro para a demarcação de 788 hectares.

"Hoje não vivemos; sobrevivemos", lamenta o cacique Wilson Jesus de Souza, que lidera, depois da morte de Galdino, sete conselheiros dos pataxó há-hã-hãe. Os índios possuem energia elétrica e têm rádio e televisão nos barracos de madeira e pau-a-pique, que a todo o momento dão a impressão de que vão cair.

Sem água - Mas falta o básico. A água é levada de carro-pipa e só encontrada a uma distância de 28 quilômetros. Não há como irrigar a plantação. Sessenta por cento dos velhos não sabem ler ou escrever. As 410 crianças tiveram mais sorte, pois foi instalada uma escola que garante ensino até a 4ª série. Nos últimos meses, os mais chuvosos, foram registrados pelo menos 30 casos de dengue por dia. Remédios não existem na região.

O cacique conta, com orgulho, que

em 1926 o então Ministério da Guerra fez a demarcação de 36 mil hectares de terra para os pataxó. "Aí, o Serviço de Proteção ao Índio começou a arrendar terras, e os que compraram nos expulsaram", explicou. Em 1982, os índios, que haviam se espalhado pelo Espírito Santo e Minas, começaram a ser reagrupados novamente. A marca dessa reunião é a miscigenação. Há pataxó claros e outros negros, dada a mistura com outras raças. Naquele ano, retomaram parte de sua área de 1.079 hectares, onde se localiza a aldeia Caramuru Paraguassu.

"Eles estão muito necessitados", admite o prefeito de Pau Brasil, Durval Santana, comentando a situação dos pataxó há-hã-hãe, que têm parentesco com os pataxó de Coroa Vermelha, no litoral, os primeiros a manterem contato com os portugueses que descobriram o Brasil. "Temos história e queremos respeito", afirmava ontem, inconformado, Elkson Santana Pataxó, primo de Galdino.

Aculturados, os pataxó teimam, agora, em retomar as tradições. Recentemente, a Funai fez, com a ajuda dos líderes, um manual com as 130 principais palavras na língua há-hã-hãe. Nas aulas, pelo menos uma vez por semana os pequenos índios são incentivados a reaprender a língua original. Bekoi (sol), itorrã (céu) e guerret (chuva) são algumas dessas palavras.

REVOLTA

Guaranis pedem punição exemplar

Rio - Representante das tribos guaranis na União das Nações Indígenas, o índio Chico Guaraní entregou ontem ao ministro da Cultura, Francisco Weffort, um "manifesto contra a barbárie", no qual pede "punição exemplar" aos culpados pela morte do cacique pataxó Galdino Jesus dos Santos. Embora tenha frisado que o assassinato do índio não se trata de um crime étnico, Weffort afirmou que é responsabilidade dos adultos ensinar aos jovens a respeitar a diversidade étnica brasileira.

"Espero que o governo tome as providências cabíveis para que os culpados sejam punidos, independentemente de sua condição social", afirmou Guaraní. "Foi um ato gratuito e monstruoso", disse Weffort. "A sociedade, os meios de comunicação e o governo devem ensinar os jovens que é possível a convivência humana pacífica".

Tanto Guaraní quanto o ministro participaram ontem da abertura da exposição Oreretama, A Terra do Índio, no Museu Histórico Nacional, no Centro do Rio.

LEADÃO TOURINHO A TODOS

PLANO GERAL

A raposa e o galinheiro

Severo para com o funcionalismo, radical contra a mordomia e os marajás, o GDF coloca para dentro de casa quem o está processando. Na limpeza que está fazendo na Secretaria de Administração, o interino André Eduardo Fernandes, não se preocupa muito com o afinidade de pensamento de quem contrata. Pelo menos quatro dos novos integrantes da secretaria, entre eles o chefe de gabinete, o delegado de polícia Saulo de Oliveira Duarte, são servidores que impetraram ações contra o GDF para receber os quintos e contra o teto salarial estabelecido pelo governo. Além dele, André Fernandes nomeou Adriana Maria de Souza

e Silva chefe da Divisão de Administração Geral, o capitão PM Ênio Leite de Figueiredo diretor do Departamento de Transporte, e o coronel PM Oscar Odilon de São José subsecretário de Recursos Físicos. Consultado ontem à noite, o secretário interino informou através de sua assessoria que não vê problema nestas nomeações porque as ações contra o GDF são coletivas, não se caracterizando uma atitude isolada de cada um dos contratados. Não seriam "inimigos do governo". De qual quer forma, em outros tempos, o governo petista tomava mais cuidado para ocupar cargos de confiança.

Cidadania

O secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, participa de um debate sobre "Segurança Pública e Cidadania", esta noite, no Salão de Múltiplas Funções da Biblioteca do Cruzeiro Velho. O debate contará também com um representante da CNBB.

Carona

Enquanto o GDF quer criar a Praça do Compromisso, nas proximidades do local do assassinato do índio pataxó, a bancada do PT na Câmara quer transformar a fatídica parada de ônibus em um monumento à Luta do Índio Brasileiro. Homenagens tardias.

Ausente

Alguns nem perceberam a falta. Outros alegam que não foi de propósito. Mas há quem jure que a ausência da secretária de Saúde, Maria José da Conceição do programa eleitoral do PT, na noite de segunda-feira, foi uma estratégia para afastar um pouco a deputada distrital licenciada dos refletores. Principalmente por ter gerado a crise entre a bancada do PT na Câmara e o GDF, após a nomeação de seu marido, Antônio Carlos de Andrade, para a Administração de Brasília.



Resposta

O deputado Luiz Estevão (PMDB) está processando o PT, através de sua presidente regional, a deputada Maria Laura, por propaganda enganosa e falsidade ideológica e vai pedir indenização por

danos morais. Ele se considerou ofendido pelas referências que o PT/DF fez em seu programa eleitoral, na noite de segunda-feira e quer direito de resposta no próximo programa.



Voz do povo

O ex-presidente Itamar Franco usou de sua habilidade mineira para não contar o assunto de que tratou ontem com o governador Cristovam Buarque, no Buriú. Cotado para disputar a presidência numa eventual aliança com as esquerdas, Itamar comentou apenas que vai cumprir a vontade do povo de Minas Gerais, para disputar o governo do estado ou a presidência.

Com sangue

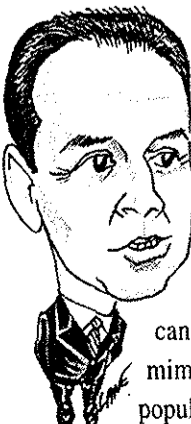
Os Sem Terra também vão dar o sangue por Brasília. Será nesta sexta-feira, quando um grupo irá ao Hemocentro para fazer a doação de sangue, como agradecimento pelo apoio que receberam da sociedade. A expectativa é que cerca de 500 Sem Terra participem da doação.

Futuro

Pressionados pela reforma administrativa, os servidores federais vão à luta. Hoje e amanhã, no Espaço Cultural da Câmara, a categoria realiza seu primeiro Congresso Nacional e vai discutir o que fazer sem os benefícios retirados pela reforma. De olho no futuro.

É hoje

O governador Cristovam Buarque tenta uma solução pacífica para a crise entre a bancada do PT na Câmara Legislativa e o próprio governo. Alguém terá de ceder.



Silêncio

Um grupo de pessoas ligadas à defesa dos direitos humanos estará coletando assinaturas em repúdio ao assassinato do cacique Galdino Jesus dos Santos. Será amanhã, a partir das 10h, na rodoviária do Plano Piloto. Ao meio-dia, os organizadores querem promover um minuto de silêncio em homenagem ao cacique morto.

Uniforme

O deputado Adão Xavier (sem partido) esclarece. O projeto que apresentou tornando obrigatório o uso de uniforme escolar é diferente da lei do deputado Edimar Pireneus (PMDB). Impede, por exemplo, a ação do cartel existente na área de uniformes, beneficiando especialmente os pais de baixa renda.

Gastos

Mais despesa vem por aí. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa aprovou projeto de lei do deputado Adão Xavier (sem partido) que cria a região administrativa do Setor Sudoeste.

Gratidão

Eleito adversário número um no programa eleitoral do PT, o deputado Luiz Estevão (PMDB) não se deixa abalar. "Considerando que o governo petista tem 54% de impopularidade, quero agradecer por estar canalizando para mim esta simpatia popular".

Ministério Público recebe pedido do presidente Fernando Henrique para ser rigoroso na apuração do caso e apressar o julgamento dos rapazes



BARBÁRIE

Assassinos devem cumprir a pena em regime fechado

Representantes do Ministério Público analisam situação dos jovens

LAYRCE DE LIMA

Os agravantes do homicídio contra o índio Pataxó, praticado pelos cinco jovens de classe média na madrugada de domingo, são a principal esperança dos representantes do Ministério Público de que o caso não ficará na impunidade. "Eles vão pegar regime fechado", garantiu ontem o Procurador-Geral de Justiça do DF, Humberto Adjuto Ulhôa. O procurador recebeu ontem a visita do Ministro da Justiça, Milton Seligman, que foi pedir especial atenção ao caso e uma apuração rigorosa, atendendo a recomendação do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para o Procurador, o homicídio qualificado por si só já seria fator suficiente para evitar que os autores fossem condenados a cumprir pena em regime aberto ou semi-aberto. Além disso, garante Ulhôa, serão levados em conta o crime hediondo (praticado contra um representante de minoria étnica protegida pela Constituição) e o motivo torpe, já que os rapazes alegaram que praticaram o homicídio por brincadeira. "Não vejo como esse crime possa ficar impune", afirmou. A pena por homicídio qualificado prevista no Código Penal vai de 12 até 30 anos de reclusão.

Ulhôa não exclui o menor G., recolhido ao Cajé, de sua análise. Entretanto, G. deverá ser acusado pela Promotoria de Infância e Juventude, com base no Estatuto do Menor. Sua pena será arbitrada pelo juiz da Vara da Infância e Juventude, Josué Ribeiro de Souza, e embora a tendência seja de condenação à internação, não poderá ultrapassar três anos.

Inquérito - Em resposta ao pedido do ministro da Justiça, Humberto Ulhôa



Humberto Ulhôa informa ao ministro Milton Seligman que promotores já foram designados para acompanhar inquérito.

designou a promotora Maria José Pereira, que assumiu o caso ontem mesmo. Os promotores Leonardo de Assis e Flávio Milhomem, que acompanharam o flagrante no domingo, auxiliaram a promotora encarregada de formular a denúncia. Humberto Ulhôa comprometeu-se com o ministro em pedir que o Instituto Médico Legal (IML) seja rápido na entrega do laudo do exame cadavérico. O laudo será encaminhado junto com a denúncia da promotora à juíza titular do Tribunal do Júri, Sandra de Santis.

O interrogatório perante a juíza será o único motivo que fará os quatro rapazes presos no Núcleo de Custódia deixarem o presídio até o dia de seu julgamento perante o Tribunal do Júri. O Procurador de Justiça estima que o julgamento demore alguns meses, já que antes deverá ser feita uma defesa prévia e os advogados dos rapazes ainda poderão entrar com recurso depois da pronúncia. "O Ministério Público fará o que for possível para dar rapidez ao caso", garantiu.

Protesto - Na visita à Procuradoria do DF e Territórios, o ministro Seligman contou que o presidente Fernando Henrique Cardoso quer julgamento rápido para o caso. O presidente enfrentou ontem, no Canadá, protestos de parentes dos canadenses Christine Lamont e David Spencer, sequestradores do empresário Abílio Diniz, condenados à 28 anos pela Justiça paulista. Com faixas referindo-se à impunidade dos crimes cometidos no Brasil, os manifestantes pediram a libertação dos dois canadenses.

Delegado promete entregar inquérito na sexta

JAIRO VIANA

Os assassinos do índio Pataxó Galdino Jesus dos Santos deverão ser julgados pela Justiça comum. Ou seja, os quatro maiores de idade deverão ser submetidos a júri popular, no Tribunal do Júri, por crime de homicídio qualificado, cuja pena vai de 12 a 30 anos de reclusão. Este é o entendimento da maioria dos juristas consultados ontem pelo Jornal de Brasília. Esta é, também, a opinião do delegado Waldir Alves de Carvalho, da 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul).

Waldir Alves promete concluir o relatório sobre a morte de Galdino até a próxima sexta-feira, quando envia o

inquérito à Justiça, mesmo sem os laudos de local e cadavérico, que ainda não foram concluídos. Caberá então ao juiz e ao promotor decidirem sobre a competência do julgamento. Pois há o entendimento de que, por se tratar de crime contra índio, que é tutelado pelo Estado, a competência do julgamento seria da Justiça Federal.

O secretário de Segurança, Roberto Aguiar, reuniu a imprensa ontem para explicar porque os rapazes não foram submetidos ao exame toxicológico, para verificar se os assassinos estavam sob efeito de alguma droga na hora de colocarem fogo no corpo de Galdino: "Um perito da polícia esteve com os réus e não viu necessidade alguma de

fazer o exame, pois falta de qualquer indício que o justificasse".

Crimes - Filhos de famílias da classe média brasileira, Max Rogério Alves, Tomás Oliveira de Almeida, Eron Chaves de Oliveira e Antônio Novely Cardoso Vilanova foram enquadrados no artigo 121, parágrafo 2º, incisos II e III, do Código Penal (homicídio praticado por motivo fútil e uso de fogo); artigo 1º da Lei nº 8072/90 (crime hediondo) e artigo 1º da Lei nº 2252/54 (corrupção de menores). Eles foram enquadrados neste artigo porque estavam na companhia do menor G.N.A.J., de 16 anos.

O adolescente será julgado pela Vara da Infância e Juventude e poderá

receber a pena máxima de três anos de internação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Poderá receber, também, penas acessórias como medidas sócio-educativas.

A pena por crime de homicídio qualificado vai de 12 a 30 anos de reclusão. A pena por corrupção de menores fica entre um e quatro anos de reclusão. O prazo para formação de culpa e instrução do processo judicial, nos casos em que os réus estão presos, é de 81 dias. Por isso, a expectativa é que os assassinos de Galdino sejam submetidos a julgamento até o fim do ano, caso a pauta do Tribunal do Júri não esteja muito acumulada de processos.



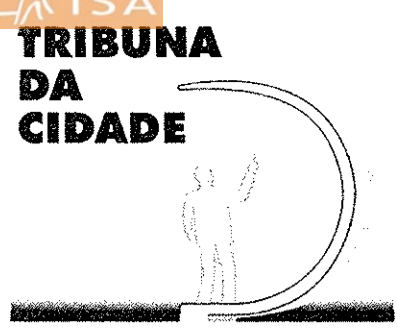
PROTESTO

Luiz Marcos

Com uma faixa preta de protesto contra o "brutal assassinato" de Galdino Santos, conselheiro da nação Pataxó, da Bahia, os funcionários da Funai promoveram, ontem, manifestação frente à sede da Fundação Nacional do

Índio. A maior revolta dos funcionários dirige-se ao presidente da Funai, Júlio Geiger, que só interferiu no caso para tentar proibir o velório de Galdino e negou-se a pagar o caixão no valor de R\$ 600. O caixão foi pago por 30 policiais civis, funcionários e

ex-funcionários da Funai que compareceram ao velório de Galdino na noite de segunda-feira. Os funcionários acusam Júlio Geiger de ter mostrado "insensibilidade" diante do caso, tentando apenas se "justificar diante da opinião pública".



Juiz é conhecido como defensor de causas indígenas. Foi ele quem concedeu liminar para a retirada de garimpeiros de terras ianomamis



BARBÁRIE

'Dêem segurança a meu filho'

O apelo é do juiz Novely Vilanova, pai de um dos jovens que mataram o índio

Índios e mendigos

VICTOR LEONARDI

Recebi ontem com horror a notícia de que um índio da tribo Pataxó Hã-Hã-Hãe havia sido queimado vivo por cinco rapazes de classe média no Plano Piloto de Brasília.

Como acabo de ler o livro de Victor Van Riet sobre o campo de concentração de Mauthausen, não posso, como historiador, deixar de assinalar o macabro parentesco existente entre os métodos nazistas de extermínio e esses gestos brutais e levianos cometidos contra mendigos e índios no Brasil.

O livro de Van Rief foi publicado na Antuérpia em 1972. Ele foi membro da Resistência, na Bélgica, onde foi preso pela Gestapo em 1940. Era membro do Partido Socialista e passou pelo campo de concentração de Dachau antes de ser levado para Mauthausen.

Todo mundo conhece essas cenas de barbárie cometidas pelos nazistas, por isto deixo de descrevê-las e insisto apenas num único detalhe deprimente do depoimento de Van Riet: a leviandade, a futilidade presente no cotidiano dos carrascos nazistas.

Se a população não reagir a tempo, energeticamente, nosso futuro será sombrio"

... jovens prisioneiras - socialistas ou ciganas - que se prostituíam em troca de promessas, quase nunca cumpridas, de salvação. Num determinado almoço ao ar livre, na primavera, os oficiais beberam e cantaram tendo como pano de fundo, ao longe, uma pilha imensa de cadáveres. Muitos oficiais gostavam de boa música. Alguns pediam para Van Riet tocar Schubert!

Em Dachau e Mauthausen milhões de pessoas - socialistas, comunistas, ciganos, deficientes físicos, homossexuais, menores abandonados e, principalmente, judeus - foram queimados durante o holocausto.

Em Brasília, um índio foi carbonizado. Em São Paulo, um mendigo é queimado por mês. Os responsáveis pela chacina dos sem-terra em Eldorado dos Carajás, não foram punidos, um ano depois. Por toda parte a mesma insensibilidade, a mesma frieza de raciocínio, como se tudo isso fosse quase natural, ou inevitável; tortura e morte na favela de Diadema; massacre de menores abandonados na Candelária; fuzilamento de índios Tikuna, chacina em Vigário Geral. O partido neozista ainda não foi criado, no Brasil (na França já foi, por Le Pen), mas a violência e os métodos de extermínio já estão bastante disseminados. Se a população não reagir a tempo, energeticamente, nosso futuro será sombrio.

Victor Leonardi é historiador e professor do Departamento de História da Universidade de Brasília

A coluna Tribuna da Cidade sai às segundas, quartas e sextas-feiras e está aberta a todos os segmentos da sociedade.

Até domingo, o juiz da 7ª Vara Federal, Novely Vilanova da Silveira, era conhecido por sua dedicação ao trabalho e pela instalação de um sistema de informática que lhe garantiu a fama de ser um dos juizes federais mais ágeis. De lá pra cá, transformou-se num pai transtornado e inconformado que não consegue ver explicações para o fato de um de seus filhos, Antônio, de 19 anos, ter ajudado a atear fogo no índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. "Não tem explicação", diz.

Austero, segundo os amigos, Novely retomou ontem a rotina de trabalho. Entre um despacho e outro, concedeu entrevista e garantiu: "Não haverá privilégio porque um deles, um dos autores do crime, é filho de juiz", afirmou. Abatido e não raras vezes com a voz embargada, Novely fez um apelo às autoridades: "Que assegurem a integridade física do meu filho até o julgamento. Quem está falando é o pai e não o juiz". Com Antônio, ele só se encontrou no domingo para levar um prato de comida. "Quero que registre isso. Ele me pediu um prato de comida e eu, como pai, levei", afirmou.

Respeitado - Por ironia do destino, Novely é um juiz respeitado e elogiado pelas entidades ligadas aos povos indígenas. Foi ele, o pai de um jovem de 19 anos que ateuo fogo num índio, quem deu as liminares que garantiram a retirada dos garimpeiros da reserva dos Ianomamis, em Roraima. "Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Vou continuar o mesmo de sempre", garante.

De seu gabinete no sétimo andar do prédio da Justiça Federal, na área central de Brasília, diz encontrar na "consciência tranquila" forças para manter a rotina de trabalho. Segundo amigos, Novely irritou-se com as interpretações de que os jovens que incendiaram o índio Pataxó receberam tratamento privilegiado por estarem em celas separadas das dos demais presos. A integridade física, argumentam, é uma obrigação do estado. Mas disso, Novely não fala. Por causa do cargo que ocupa há pouco mais de dez anos, Novely é econômico com as palavras e se recusa a falar de certos assuntos. Entre eles, a condução do inquérito, e as penas que poderão ser aplicadas e o relacionamento com o filho Antônio. O nome do filho, a quem se referiu como um "infrator comum", ele não pronunciou uma só vez.

Na lei da aldeia, morte idêntica

Se fossem punidos pela lei dos índios, Tomás Oliveira Almeida, Antônio Novely Vilanova, Max Rogério Alves, Eron Chaves de Oliveira e o menor G.N.A. seriam mortos da mesma forma que mataram Galdino dos Santos: queimados. "Para sentir a dor e o sofrimento que causarão", explicou ontem a índia Jupira Terena, presidente da Associação das Mulheres Índias do Centro-Oeste Paulista.

Entre os outros castigos impostos pelos índios a quem comete um crime grave contra a tribo estão o castigo em forma de chicotadas, o trabalho forçado, o total isolamento e a prisão sem o fornecimento de alimentação. "Essas pessoas seriam tratadas com total desprezo pela tribo e seriam julgadas por um conselho liderado pelo cacique", destacou a índia.

Luto - A revolta da índia Terena invadia da mesma forma o semblante do cacique Aniceto, da tribo Xavante, e de outros índios que representavam os Munducurus e os Bororó, na reunião com o governador Cristovam Buarque, na tarde de ontem. Os Pataxó, da tribo do índio Galdino, não participaram do encontro, pois estavam de luto.

Jupira também não escondeu seu descontentamento com a população brasileira. "Somos muitos discriminados aqui. Vocês tratam a gente como incapazes", reclamou a índia. Ela destacou ainda que crimes como esse nunca aconteceram no interior das tribos. "Essa selvageria está fora de nossas fronteiras. E tomara que fique assim para toda a vida", desabafou. (ME)



Cristovam Buarque se reúne com lideranças indígenas, analisa assassinato de Galdino e promete doar terreno para a construção da Casa do Índio

Crime vira tema de aula em escolas públicas

MARIA EUGÊNIA

Ao lado do cacique Xavante Aniceto e pela índia Jupira Terena, o governador Cristovam Buarque criticou, ontem, as classes média e alta do Brasil, "que têm um desprezo crescente pelos excluídos". Indignado com a morte do índio Galdino dos Santos, queimado vivo por um grupo de cinco jovens numa parada de ônibus da Asa Sul, o governador determinou que o crime seja o tema das aulas ministradas em todas as escolas do DF.

"Toda a minha equipe de governo vai estar nas escolas para contribuir nas discussões, que têm o objetivo de resgatar a solidariedade dos brasileiros", explicou. Buarque disse ainda que os assassinos do índio devem ser punidos e que ele espera "que a Justiça cumpra o seu papel". A declaração foi dada logo após ser questionado sobre o relaxamento da pena do filho do ex-ministro do Transportes, Odacir Klein, Fabrício Klein, que atropelou e matou uma pessoa e está em liberdade. "Isso vocês têm que cobrar da Justiça", completou.

Doação - Reunido com mais de 18 lideranças indígenas, no Palácio do Buriti, Cristovam Buarque se comprometeu a doar um terreno para a construção da Casa do Índio, um local onde poderão ficar todos os índios que estiveram em trânsito por Brasília. O GDF já havia doado um terreno em Sobradinho,

mas a pedido dos índios vai trocar o lote por outro no Plano Piloto. As promessas do governador não ficaram por aí. Ele garantiu aos índios que a rede pública hospitalar dará uma atenção especial aos grupos indígenas que vierem a Brasília em busca de tratamento médico. Também ficou agendado um grande ato ecumênico, no próximo domingo, na parada de ônibus onde Galdino foi barbaramente assassinado. A praça que fica próxima ao local, na 703 Sul, será batizada pelo nome de Praça do Compromisso. Encontro - "Quero ver a juventude do Distrito Federal lá fazendo um compromisso público com a solidariedade", justificou. O governador se comprometeu, ainda, a intermediar um encontro com os índios e o ministro interino da Justiça, Milton Seligman. Os índios vão exigir mais uma vez do governo federal a demissão do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Geiger. O governador preferiu não se manifestar com relação ao assunto. Disse apenas que iria usar de sua amizade com o ministro para agendar o encontro. "Não gostaria que o governo federal interferisse nas minhas nomeações. O mesmo não posso fazer com a indicações feitas pela equipe do governo federal", explicou. Buarque, entretanto, garantiu aos índios que se eles quiserem, marcará um encontro entre eles e o presidente FHC.

Índio esquartejado por patrão no Pará

Um índio da tribo Kanela, identificado como Marcelo, de 18 anos, foi morto no último sábado, Dia do Índio, a golpes de facão e machado por seu patrão, o fazendeiro conhecido por Mauro, que está foragido. O motivo do crime seria um suposto namoro de Marcelo com uma filha do fazendeiro, menor de 14 anos. O assassinato ocorreu no quilômetro 7 da rodovia Pará-Maranhão, no município de Capanema (170 quilômetros a leste de Belém).

Segundo informações do delegado Rubens Martins, o índio Marcelo foi acordado em sua cabana pelo patrão que, furioso, atingiu-o primeiro com um golpe de facão na nuca. Vendo Marcelo cair, Mauro cortou-lhe a orelha, os pulsos e os dedos. "Ele foi enterrado esquartejado, de cabeça para baixo, dentro de uma cova que mais parecia um poço", contou Martins, após comandar diligência policial que exumou e removeu o cadáver do local para o Instituto de Polícia Científica de Castanhal.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE OBRAS COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

RENOVAÇÃO DE LICENÇA PRÉVIA A Companhia de Água e Esgotos do Brasil-CAESB torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação da Licença Prévia para a implantação da Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia do Lago Paranoá. Brasília-DF, 17 de abril de 1997. MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO Presidente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 030/97 Objeto: Elaboração de relatório de avaliação de riscos ambientais (RARAS) para as obras de pavimentação das rodovias DF-205, DF-135, DF-285, DF-120, a DF-320, e das ligações da BR-251 a Nova Betânia (RA XIV), e da DF-250 a Sobradinho dos Melos (RA VII). Abertura: Dia 27 de maio de 1.997, às 09:00 horas. Local de Obtenção do Edital: Núcleo de Compras/DMS, Edifício-Sede do DER/DF, 1º andar, localizado no SAIN, Bloco "C", em Brasília/DF. O aviso deste edital será publicado na edição do "Diário Oficial do Distrito Federal" a partir do dia 23-04-1997. Brasília, 18 de abril de 1.997. MARCELLO DUARTE MOREIRA DOS SANTOS Divisão de Material e Serviços

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE TRANSPORTES DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 029/97 Objeto: Elaboração de relatório de avaliação de riscos ambientais (RARAS) para as obras de pavimentação das rodovias DF-475, DF-435, DF-445, DF-430, VC-541, DF-001 e DF-450, e das vias rurais da Colônia Agrícola Suscipira e do Karagaa (RA XVII). Abertura: Dia 26 de maio de 1.997, às 09:00 horas. Local de Obtenção do Edital: Núcleo de Compras/DMS, Edifício-Sede do DER/DF, 1º andar, localizado no SAIN, Bloco "C", em Brasília/DF. O aviso deste edital será publicado na edição do "Diário Oficial do Distrito Federal" a partir do dia 23-04-1997. Brasília, 18 de abril de 1.997. MARCELLO DUARTE MOREIRA DOS SANTOS Divisão de Material e Serviços

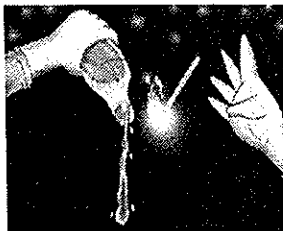
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE OBRAS COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

AVISO DE PRORROGAÇÃO A Companhia de Água e Esgotos do Brasil-CAESB torna público que o Convênio nº CVO-012/97-CAESB para execução dos serviços de calibração da instrumentação das Estações de Tratamento de Esgotos ETEB-SUL e ETEB-NORTE, em Brasília, Distrito Federal, marcada anteriormente para o dia 22 de abril de 1997, às 15:00 horas, foi prorrogada para o dia 6 de maio de 1997, no mesmo horário e local, por razões administrativas. Brasília-DF, 22 de abril de 1997. A Comissão Permanente de Licitação CAESB

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE OBRAS COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP

REQUERIMENTO DE LICENÇA A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação da sua Licença de Operação, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para a atividade de extração de cascalho laterítico na jazida da BRJ 060 - Km 09 - Samambaia-DF. Brasília-DF, 18 de abril de 1997. OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR Diretor-Presidente

BANCO DO BRASIL Ministério de Fazenda Aviso de Licitação O Banco do Brasil S.A. avisa que promoverá Tomada de Preços conforme abaixo: Tomada de Preços Central de Compras 97/203 (8616) - Objeto: Aquisição de 02 (dois) Sistemas Telefônicos, tipo PABX Digital, Temporal, controlados por programa armazenado (CPA-T), equipados com aparelhos telefônicos digitais e analógicos, mesa de telefonista, acessórios, periféricos, sistema de gerenciamento e manutenção, sistema de bilhetagem e tarifação, sistema de suprimento de energia elétrica, distribuidor geral de linhas e rede telefônica interna. Local/Data/Hora de Abertura da Documentação: Sala de Licitações 02 - SBS - Quadra 5 - Bloco H - Lote 23 - Edsede II - 2º subsolo - Brasília (DF), em 12.05.97, com início às 15:00 horas. Obtenção do Edital e Informações: Edsede II - 2º subsolo - Brasília (DF), das 13:00 às 17:00 horas, ao custo de reprodução de R\$ 15,00 (quinze reais). Maiores esclarecimentos pelo telefone (061) 310-2603, no horário de 14:00 às 18:00 horas.



BARBÁRIE

Câmara pede inquérito contra omissão da Funai

Subcomissão investigará situação das pensões

ZENAIDE AZEREDO

A Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pediu ontem ao Ministério Público que abra inquérito para apurar a omissão Funai em sua

“atribuição constitucional de tutela dos índios”. A Procuradoria Geral da República deverá, inclusive, estudar a possibilidade de abrir inquérito para apurar a morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. Isso porque, pela Constituição Federal, é nesse foro que se julgam causas referentes aos direitos dos índios, conforme lembrou

ontem pelo procurador Wagner Gonçalves, da Subprocuradoria dos Direitos Humanos.

Embora não exista unanimidade na Procuradoria quanto a esse foro,

Wagner Gonçalves assinalou que já existe decisão do Supremo Tribunal Federal referente a um outro assassinato de índio, cujo processo correu na área federal.

Ministério Público deve abrir inquérito para apurar e permitir julgamento no foro federal dos responsáveis pela morte do índio pataxó Galdino

Investigação - Convocada inicialmente para tratar de violência policial, a audiência de ontem na Comissão dos Direitos Humanos da Câmara tratou também das providências a serem tomadas com relação à morte do índio pataxó Galdino dos Santos, queimado vivo por jovens, enquanto dormia num ponto de ônibus da W3 Sul.

Nesse sentido, foi criada uma subcomissão que deverá investigar a situação das pensões onde a Funai hospeda os índios que vêm a Brasília. Segundo o presidente da Comissão dos Direitos Humanos, deputado Pedro Wilson (PT-

GO), essa subcomissão ficará encarregada de exigir do Governo cumprimento do preceito constitucional que determina pressa na demarcação das terras indígenas. Além disso, deverá funcionar também fiscalizando as condições de saúde e educação ministradas aos índios pela Funai.

Reforma - O deputado Nilmário Miranda (PT-MG), um dos membros da Comissão, lembrou que nos últimos três anos foram assassinados 118 índios. “Isso, sem falar nos suicídios de jovens indígenas”, comentou. Ele cobrou da Funai maiores informações sobre a reforma que vem sendo feita no órgão e sobre a qual não existem maiores esclarecimentos, mas sim denúncias recentes de índios xavantes.

A deputada Rita Camata (PMDB-ES) mostrou preocupação com a natureza das políticas públicas para os excluídos e pediu à Comissão que indagasse junto ao Executivo o que estava sendo feito nesse sentido. Surpreendeu-a o fato de os jovens que atearam fogo no índio pataxó se justificaram dizendo que pensavam tratar-se “de um mendigo”.